

SUMÁRIO

PARTE I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

CAPÍTULO I

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO, CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E DIREITO INTERTEMPORAL

1. Meios de impugnação	35
2. Conceito de recurso	35
3. Classificação	36
3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso	36
3.2. Quanto à fundamentação	37
3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	37
3.4. Quanto à independência	38
3.4.1. Recurso adesivo (subordinado)	38
3.4.1.1. Requisitos	39
3.5. Resumo das classificações	41
4. Direito intertemporal	41
4.1. Lei nº 13.467/17 (Reforma trabalhista)	43
4.2. Ação rescisória	44
5. Informativos do TST relacionados ao capítulo	44

CAPÍTULO II

PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS PASSÍVEIS DE RECURSO

1. Sentença	47
1.1. Conceito	47
1.2. Requisitos	48
1.2.1. Fundamentação	50
1.2.1.1. Fundamentação <i>per relationem</i>	55
1.3. Classificação	57
1.4. Recorribilidade	58
2. Decisão interlocutória	58
2.1. Recorribilidade	59
2.1.1. Julgamento Antecipado	60
2.1.1.1. Julgamento Antecipado Total	60
2.1.1.2. Julgamento antecipado parcial do mérito	60
2.1.2. Natureza da decisão que reconhece a incompetência e recorribilidade	62

2.1.3. Impugnação das decisões interlocutórias nas contrarrazões	63
3. Acórdão	65
3.1. Recorribilidade	65
4. Despacho	66
4.1. Recorribilidade	66
5. Informativos do TST relacionados ao capítulo	66

CAPÍTULO III

PRINCÍPIOS RECURSAIS	67
1. Princípio do duplo grau de jurisdição	67
2. Princípio da taxatividade (tipicidade)	67
3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade)	68
4. Princípio da consumação	68
5. Princípio da fungibilidade (convertibilidade)	69
6. Princípio da dialeticidade	72
6.1. Motivação secundária e impertinente	74
6.2. Princípio da dialeticidade no recurso ordinário	76
7. Princípio da voluntariedade	78
8. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	78
9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	78
10. Princípio da primazia da decisão de mérito	84
11. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	85
12. Informativos do TST relacionados ao capítulo	86
12.1. Princípio da fungibilidade	86
12.2. Princípio da dialeticidade	87
12.3. Princípio da unirrecorribilidade das decisões	87

CAPÍTULO IV

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	89
1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	89
1.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista (IN n° 40 do TST)	92
1.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial	93
1.1.2. Juízo de admissibilidade positivo, negativo e omissivo em um único recurso de revista	94
1.1.3. Juízo de admissibilidade parcial quando o tema está pacificado em recurso de revista repetitivo, IRDR e assunção de competência	95
1.1.4. Observações sobre a Instrução Normativa n° 40 do TST	96
1.2. Natureza jurídica do juízo de admissibilidade	98
2. Súmula do TST e orientação jurisprudencial relacionadas ao capítulo	99
2.1. Juízo de admissibilidade	99

CAPÍTULO V

PRESSUPOSTOS RECURSAIS	101
1. Introdução	101
2. Cabimento	102
3. Legitimidade para recorrer	102
3.1. Partes	103

3.1.1.	Recurso interposto por somente um litisconsorte	103
3.1.2.	União quanto às contribuições previdenciárias	104
3.1.3.	Autarquias e fundações	105
3.1.4.	Serventários eventuais da justiça	108
3.1.5.	Testemunha no caso de aplicação da multa do art. 793-D da CLT	109
3.1.6.	Advogado	112
3.1.7.	<i>Amicus curiae</i>	112
3.2.	Terceiro prejudicado.....	114
3.3.	Ministério Público	115
4.	Interesse em recorrer	118
4.1.	Interesse recursal na extinção do processo sem resolução do mérito	119
4.2.	Interesse recursal na cumulação de pedidos.....	119
4.3.	Interesse recursal na improcedência dos pedidos	120
5.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.....	121
5.1.	Aceitação da decisão.....	122
5.2.	Renúncia	122
5.3.	Desistência	123
5.3.1.	Desistência de recurso paradigma em julgamento de revista repetitivo e de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida	123
6.	Tempestividade	124
6.1.	Intempestividade.....	126
6.2.	Momento de comprovação da tempestividade.....	127
6.3.	Intempestividade conhecida de ofício em recurso posterior	132
6.4.	Princípios dos prazos processuais	132
6.5.	Contagem dos prazos recursais	133
6.5.1.	Contagem dos prazos em dias úteis	134
6.5.1.1.	Direito intertemporal	134
6.5.2.	Início da contagem quando marcada audiência de julgamento ...	136
6.5.3.	Início da contagem do prazo recursal para o Ministério Público do Trabalho	141
6.5.4.	Início da contagem para recorrer da multa aplicada à testemunha	142
6.5.5.	Contagem dos prazos recursais no processo eletrônico	142
6.5.6.	Contagem do período para apresentação dos originais no recurso interposto via fac-símile	144
6.5.7.	Interrupção e suspensão dos prazos recursais.....	145
6.5.7.1.	Recesso forense	147
6.6.	Prorrogação do prazo recursal no caso de indisponibilidade do sistema ...	150
6.6.1.	Comprovação da indisponibilidade do sistema	151
6.7.	Prazos recursais diferenciados	152
6.7.1.	Prazo diferenciado das contrarrazões	153
7.	Representação	154
7.1.	Condições de validade do mandato.....	156
7.1.1.	Mandato firmado em nome de pessoa jurídica.....	158
7.2.	Cláusula limitativa de poderes no âmbito do TRT	160
7.3.	Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	160
7.4.	Subestabelecimento	163
7.5.	Representação por preposto.....	165

7.6.	Representação por estagiário.....	165
7.7.	Representação das pessoas jurídicas de direito público	166
7.7.1.	Representação das autarquias e fundações por procuradores do Estado ou município	168
7.7.2.	Representação da União para recorrer quanto às contribuições previdenciárias	170
7.8.	Revogação do mandato.....	171
7.9.	Irregularidade de representação	172
8.	Preparo.....	174
8.1.	Custas processuais	174
8.1.1.	Valor das custas processuais	175
8.1.1.1.	Fase de conhecimento	175
8.1.1.2.	Fase de execução.....	176
8.1.2.	Responsabilidade pelo pagamento das custas.....	177
8.1.3.	Momento de pagamento	177
8.1.3.1.	Inversão do ônus da sucumbência	178
8.1.3.1.1.	Reembolso das custas à parte vencedora.....	179
8.1.4.	Responsabilidade pelo pagamento das custas nas condenações solidária e subsidiária	183
8.1.5.	Comprovação do pagamento das custas processuais	184
8.1.6.	Guia para recolhimento e possibilidade de regularização	184
8.1.7.	Comprovante bancário desacompanhado da Guia de Recolhimento da União	185
8.1.8.	Comprovante de agendamento bancário	186
8.1.9.	Divergência entre os códigos de barras do comprovante de pagamento das custas processuais e da respectiva Guia de Recolhimento da União	187
8.1.10.	Recolhimento por pessoa estranha ao processo	188
8.1.11.	Diferença no pagamento e complementação das custas	188
8.1.11.1.	Ausência de recolhimento das custas processuais e pagamento em dobro	190
8.1.12.	Isenção do pagamento das custas	192
8.1.12.1.	Beneficiário da justiça gratuita	192
8.1.12.1.1.	Pagamento das custas processuais na hipótese de arquivamento pelo não comparecimento do reclamante na audiência inaugural	195
8.1.12.1.2.	Benefício da justiça gratuita ao empregador	197
8.1.12.1.3.	Impugnação da concessão do benefício da justiça gratuita	198
8.1.12.1.4.	Rejeição da concessão do benefício da Justiça gratuita e o contraditório prévio ...	200
8.1.12.1.5.	Impugnação da decisão que rejeita a concessão do benefício da Justiça gratuita	202
8.1.12.1.6.	Impugnação da decisão que concede o benefício da Justiça, mas impõe o pagamento de honorários periciais e honorários advocatícios	202
8.1.12.1.7.	Efeitos da revogação do benefício.....	203
8.1.12.1.8.	Revogação de ofício	204

8.1.12.1.9.	Reforma da decisão que concede o benefício em sede recursal	205
8.1.12.2.	Empresas públicas e sociedades de economia mista	205
8.1.12.3.	Entidades fiscalizadoras do exercício profissional	205
8.1.13.	Massa falida, empresas em liquidação extrajudicial e em recuperação judicial.....	206
8.1.14.	Recolhimento das custas processuais em caso de litigância de má-fé	207
8.1.14.1.	É possível a concessão do benefício da Justiça gratuita ao litigante de má-fé?	209
8.2.	Depósito recursal.....	210
8.2.1.	Ações que exigem o depósito recursal.....	211
8.2.2.	Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia judicial.....	211
8.2.2.1.	Carta de fiança por instituição não autorizada pelo Banco Central do Brasil	213
8.2.2.2.	Prazo para regularização do acréscimo de 30%	214
8.2.2.3.	Momento para requerer a substituição do depósito recursal em dinheiro por seguro garantia judicial	216
8.2.3.	Sujeitos que devem recolher o depósito recursal	217
8.2.4.	Valor do depósito recursal	218
8.2.4.1.	Redução do valor do depósito recursal pela metade....	220
8.2.5.	Depósito na fase de execução	221
8.2.6.	Depósito recursal nas condenações solidária e subsidiária.....	221
8.2.6.1.	Condenação solidária	221
8.2.6.2.	Condenação subsidiária	222
8.2.7.	Depósito na reclamação plúrima e na substituição processual	224
8.2.8.	Depósito recursal de decisão anulada	224
8.2.8.1.	Alteração do limite do depósito recursal após interposição do primeiro recurso	224
8.2.9.	Depósito recursal no julgamento antecipado parcial de mérito ...	225
8.2.10.	Recursos que exigem o depósito recursal	226
8.2.10.1.	Depósito recursal no agravo de instrumento	227
8.2.10.2.	Depósito recursal em recurso na ação rescisória	228
8.2.11.	Prazo para recolhimento e para comprovação do depósito recursal.....	229
8.2.12.	Forma de realização do depósito recursal.....	230
8.2.13.	Preenchimento da guia de depósito judicial e possibilidade de regularização.....	231
8.1.14.	Comprovante bancário desacompanhado da Guia de depósito recursal.....	234
8.1.15.	Comprovante de agendamento bancário	235
8.2.16.	Recolhimento por pessoa estranha ao processo	235
8.2.17.	Diferença no recolhimento do depósito recursal	236
8.2.18.	Correção monetária	238
8.2.19.	Liberação do depósito recursal	239
8.2.19.1.	Liberação do depósito recursal em execução provisória.....	240
8.2.20.	Dispensa do recolhimento do depósito	241
8.2.20.1.	Beneficiário da justiça gratuita	241

8.2.20.2. Entidades filantrópicas	242
8.2.20.3. Empresas em recuperação judicial	243
8.2.20.4. Massa falida	244
8.2.20.5. Empresa em liquidação extrajudicial	245
8.2.21. Dispensa do depósito recursal nas condenações de honorários advocatícios e honorários periciais	246
9. Regularidade formal	246
9.1. Motivação do recurso	247
9.2. Assinatura	251
10. Teses Vinculantes do TST	252
10.1. tempestividade	252
10.2. Custas processuais	252
10.3. Depósito recursal	253
10.4. Litigância de má-fé	254
11. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	254
11.1. Legitimidade e interesse para recorrer	254
11.2. Tempestividade	254
11.3. Representação	255
11.4. Custas processuais	256
11.5. Depósito Recursal	258
11.6. Depósito de multa por litigância de má-fé	259
11.7. Regularidade formal	259
12. Informativos do TST relacionados ao capítulo	259
12.1. Momento de análise. Preclusão <i>pro iudicato</i>	259
12.2. Cabimento	260
12.2.1. Erro grosseiro	260
12.2.2. Legitimidade	260
12.2.3. Interesse	261
12.2.4. Tempestividade	262
12.2.5. Representação	265
12.2.6. Assinatura digital	266
12.2.7. Preparo	268
12.2.7.1. Custas processuais	268
12.2.7.2. Depósito Recursal	273
12.2.8. Recurso enviado por fac-símile e via e-doc	282
12.2.9. Multa por litigância de má-fé	284
12.2.10. Regularidade formal	285
12.2.11. Juntada de documentos	287

CAPÍTULO VI

EFEITOS RECURSAIS	289
1. Efeito obstativo	289
2. Efeito devolutivo	289
2.1. Extensão do efeito devolutivo	290
2.2. Profundidade do efeito devolutivo	290
2.2.1. Profundidade do efeito devolutivo nos recursos de natureza extraordinária	292
3. Efeito suspensivo	294

3.1. Tutela provisória deferida na sentença e concessão de efeito suspensivo ..	294
4. Efeito translativo	297
4.1. Efeito translativo nos recursos de natureza extraordinária	298
4.2. Pronunciamento <i>ex officio</i> da prescrição.....	301
5. Efeito regressivo	302
6. Efeito expansivo	302
7. Efeito substitutivo.....	303
8. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	303
9. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	304

CAPÍTULO VII

NULIDADES	307
1. Vícios processuais: classificação	307
2. Princípios das nulidades processuais.....	307
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo)	308
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão	308
2.2.1. Protesto	310
2.3. Princípio da economia processual	312
2.4. Princípio do interesse	312
2.5. Princípio da utilidade	312
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas	313
2.7. Princípio da primazia da decisão de mérito	313
3. Vícios na decisão.....	314
3.1. Julgamento <i>extra petita</i>	314
3.1.1. Impugnação da decisão <i>extra petita</i>	314
3.2. Julgamento <i>ultra petita</i>	315
3.2.1. Impugnação da decisão <i>ultra petita</i>	315
3.3. Julgamento <i>citra petita</i>	315
3.3.1. Impugnação da decisão <i>citra petita</i>	317
3.4. Não aplicação do princípio da congruência	320
4. Saneamento de vício em grau recursal	321
4.1. Saneamento ou desconsideração de vício relacionado aos pressupostos recursais.....	321
4.2. Saneamento de defeitos que atingem os atos do juiz	324

CAPÍTULO VIII

DA ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	325
1. Introdução.....	325
2. Regimento interno dos tribunais.....	325
3. Competência Originária e Derivada	325
4. Câmaras regionais descentralizadas.....	326
5. Registro e distribuição	326
6. Prevenção e conexão.....	327
7. Intervenção do Ministério Público do Trabalho	328
8. Produção de provas nos Tribunais.....	328
8.1. Juntada de documentos.....	329
9. Poderes do Relator.....	330
10. Sessões de Julgamento	333

11. Sustentação oral	335
12. Pedido de vista	337
13. Resultado	338
14. Acórdão	338
14.1. Notas Taquigráficas	339
15. Técnica de Julgamento do art. 942 do CPC/15	340
16. Informativos do TST relacionados ao capítulo	341

CAPÍTULO IX

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE RECURSAL	343
1. Generalidades	343
2. Majoração dos honorários advocatícios na fase recursal	346
3. Legitimidade para recorrer quanto aos honorários advocatícios	347
4. Pedido implícito	348
5. Condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento dos honorários advocatícios	349
6. Condenação de honorários advocatícios e dispensa do depósito recursal	349
7. Teses vinculantes do TST	350
8. Informativos do TST relacionados ao capítulo	351

PARTE II RECURSOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO X

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	357
1. Introdução	357
2. Competência	357
3. Hipóteses de cabimento	357
3.1. Omissão	358
3.2. Contradição	360
3.3. Obscuridade	360
3.4. Manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso	361
3.5. Correção de erros materiais	362
4. Prazo para interposição	362
4.1. Lei nº 13.467/17 – Direito intertemporal	362
5. Pronunciamentos recorríveis	363
5.1. Decisão monocrática do relator	364
5.1.1. Embargos de declaração com objetivo de integrar a decisão monocrática	364
5.1.2. Embargos de declaração com objetivo de modificar a decisão monocrática	366
5.2. Embargos de declaração do juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista	367
6. Obrigatoriedade de interposição dos embargos de declaração	369
7. Embargos de declaração com efeito modificativo	371
7.1. Necessidade de contraditório	372
8. Efeito interruptivo dos embargos de declaração	373

8.1. Efeito interruptivo e o mandado de segurança	373
8.2. Efeito interruptivo e desistência dos embargos.....	374
8.3. Não produção do efeito interruptivo	375
8.4. Recurso interposto pela parte adversa e o efeito interruptivo	376
9. Efeito suspensivo	377
10. Embargos de declaração protelatórios.....	377
10.1. Cumulação da multa dos embargos de declaração protelatórios e da litigância de má-fé.....	380
11. Embargos de declaração de decisão embargada	381
12. Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	382
13. Recurso principal e embargos de declaração interpostos simultaneamente	383
14. Procedimento	383
15. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	384
16. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	385

CAPÍTULO XI

RECURSO ORDINÁRIO	391
1. Introdução.....	391
2. Hipóteses de cabimento	391
2.1. Recurso ordinário de sentença.....	392
2.1.1. Impugnação dos critérios de liquidação ou os valores expressamente fixados na sentença líquida.....	393
2.2. Recurso ordinário de acórdão do TRT.....	395
2.3. Recurso ordinário de decisão interlocutória.....	396
2.3.1. Julgamento antecipado parcial de mérito.....	397
3. Juízo de retratação	398
4. Novas questões de fato.....	399
5. Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal	399
5.1. Introdução.....	399
5.2. Sentença que extingue o processo sem resolução do mérito (art. 1.013, § 3º, D)	401
5.3. Sentença que contraria a regra da congruência (art. 1.013, § 3º, II)	402
5.4. Sentença que não analisa pedido (art. 1.013, § 3º, III)	402
5.5. Sentença sem fundamentação (art. 1.013, § 3º, IV).....	403
5.6. Acolhimento de prescrição ou decadência (art. 1.013, § 4º)	403
5.7. Impugnação da decisão que não julga o mérito imediatamente no tribunal	404
6. Procedimento	405
6.1. Procedimento do recurso ordinário no rito sumaríssimo	407
7. Teses vinculantes do TST	407
8. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	408
9. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	408

CAPÍTULO XII

AGRAVO DE PETIÇÃO	411
1. Introdução.....	411
2. Competência.....	411
3. Objeto (decisões impugnáveis)	411

3.1. Decisão de liquidação	413
3.2. Decisão que acolhe ou não a prescrição intercorrente	415
3.3. Decisão que inclui o devedor no banco nacional de devedores trabalhistas.....	416
3.4. Decisão que concede ou indefere medidas coercitivas	417
4. Delimitação da matéria e dos valores objetos de discordância	419
5. Efeito.....	420
6. Preparo.....	421
6.1. Custas processuais.....	421
6.2. Depósito recursal.....	421
7. Agravo de petição na execução provisória	422
8. Agravo de petição no incidente de desconsideração da personalidade jurídica ...	423
9. Recurso adesivo no agravo de petição	425
10. Esquema.....	425
11. Procedimento	425
12. Teses vinculantes do TST	428
13. Súmulas do TST relacionadas ao capítulo	428
14. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	428

CAPÍTULO XIII

RECURSO DE REVISTA	431
1. Introdução.....	431
2. Reexame de fatos e provas	432
3. Prazo.....	434
4. Competência.....	434
5. Decisões suscetíveis de recurso de revista.....	435
5.1. Acórdão proferido em grau de recurso ordinário.....	435
5.2. Acórdão proferido em agravo de petição.....	435
5.2.1. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	435
5.2.2. Prescrição intercorrente	437
5.3. Acórdão de competência originária do TRT.....	438
5.4. Acórdão proferido em agravo de instrumento	439
5.5. Acórdão com natureza de decisão interlocutória.....	441
5.6. Decisão monocrática	442
5.7. Acórdão proferido em agravo interno e agravo regimental.....	442
5.8. Acórdão proferido em reexame necessário.....	443
6. Hipóteses de cabimento	443
7. Pressupostos específicos de admissibilidade	446
7.1. Divergência jurisprudencial.....	447
7.1.1. Conceito	447
7.1.2. Cabimento	448
7.1.2.1. Divergência deve ser na interpretação de lei federal (alínea a)	449
7.1.2.2. Divergência na interpretação de norma estadual, convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa e regulamento de empresa.....	450
7.1.2.3. Divergência entre tribunais regionais diferentes	452

7.1.2.4.	Recurso de revista quando contrariar decisões da SDI (I ou II), decisões do Pleno do TST no recurso de revista repetitivo e precedentes normativos	453
7.1.2.5.	Divergência fundada em súmula ou orientação jurisprudencial.....	453
7.1.2.5.1.	Teses firmadas nos recursos repetitivos, assunção de competência e resolução de demanda repetitivas.....	454
7.1.2.5.2.	Decisão impugnada em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial	455
7.1.2.5.3.	Divergência com súmula ou IRDR de outro TRT	455
7.1.2.5.4.	Demonstração analítica.....	456
7.1.2.6.	Decisões que não servem para legitimar a divergência no recurso de revista	457
7.1.2.7.	Esquema do cabimento do recurso de revista por divergência	457
7.1.3.	Divergência atual.....	457
7.1.4.	Abrangência parcial da divergência.....	458
7.1.5.	Comprovação da divergência	460
7.1.6.	Incidente de uniformização.....	464
7.1.6.1.	Generalidades	464
7.1.6.2.	Deveres dos Tribunais	465
7.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal	467
7.2.1.	Introdução	467
7.2.2.	Conceito de dispositivo de lei e norma constitucional	467
7.2.3.	Indicação do dispositivo violado.....	469
7.2.3.1.	Violação frontal do dispositivo indicado como violado....	469
7.2.4.	Demonstração analítica do dispositivo violado	470
7.2.5.	Interpretação razoável de dispositivo	470
7.2.6.	Violação reflexa da norma constitucional	472
7.3.	Prequestionamento.....	472
7.3.1.	Conceito	472
7.3.2.	Tese explícita	473
7.3.2.1.	Motivação <i>per relationem</i>	475
7.3.3.	Exigência de prequestionamento em matéria de ordem pública	477
7.3.4.	Violação nascida na própria decisão recorrida.....	480
7.3.5.	Obrigatoriedade de oposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento	481
7.3.5.1.	Necessidade de invocação da matéria no recurso principal	482
7.3.6.	Prequestionamento ficto	484
7.3.7.	Omissão no acórdão regional quanto à matéria fática	487
7.3.8.	Voto vencido para fins de prequestionamento.....	489
7.3.9.	Dever de o recorrente transcrever o trecho prequestionado	490
7.4.	Transcendência	491
7.4.1.	Generalidades.....	491
7.4.2.	Repercussão geral	493
7.4.3.	Indicadores de transcendência	494

7.4.3.1.	Critério econômico.....	495
7.4.3.2.	Critério político.....	497
7.4.3.3.	Critério social.....	498
7.4.3.4.	Critério jurídico	499
7.4.4.	Necessidade de alegação e fundamentação da transcendência pelo recorrente	499
7.4.5.	Análise da transcendência pelo relator	500
7.4.6.	Recurso da decisão do relator.....	501
7.4.7.	Sustentação oral no agravo	501
7.4.8.	Fundamentação do agravo não provido.....	501
7.4.9.	Irrecorribilidade do agravo não provido	502
7.4.10.	Decisão do relator em agravo de instrumento.....	503
7.4.11.	Análise da transcendência pelo presidente do TRT	505
7.4.12.	Direito intertemporal	505
8.	Recurso de revista no rito sumaríssimo	506
9.	Recurso de revista na fase de execução	507
9.1.	Execução de título extrajudicial	507
9.2.	Casos de violação constitucional que autorizam o recurso de revista na execução	508
10.	Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista.....	510
11.	Procedimento	511
12.	Recurso de revista de causas repetitivas	515
12.1.	Introdução.....	515
12.2.	Requisitos.....	515
12.3.	Processamento	516
12.3.1.	Competência.....	516
12.3.2.	Proposta de afetação	517
12.3.3.	Iniciativa da proposta de afetação	518
12.3.4.	Escolha da causa-piloto (processo paradigma)	519
12.3.4.1.	Elementos objetivos	519
12.3.4.2.	Elementos subjetivos	521
12.3.5.	Decisão de afetação.....	523
12.3.5.1.	Delimitação do objeto do incidente	524
12.3.5.2.	Justificação dos processos paradigmas escolhidos	525
12.3.5.3.	Fixação das diretrizes de participação	525
12.3.5.4.	Comunicação dos interessados e da sociedade	526
12.3.5.5.	Definição dos processos suspensos	527
12.3.6.	Suspensão de outros recursos.....	527
12.3.6.1.	Requerimento de não suspensão e prosseguimento do recurso.....	529
12.3.6.1.1.	Impugnação da decisão de suspensão.....	530
12.3.6.1.2.	Preclusão para análise da distinção	531
12.3.7.	Instrução	532
12.3.8.	Participação dos sujeitos no recurso de revista repetitivo	533
12.3.8.1.	Participação da parte da causa-piloto (processo paradigma)	535
12.3.8.2.	Participação dos entes coletivos.....	536
12.3.8.3.	Participação e intervenção do Ministério Público do Trabalho	539

12.3.8.4.	Participação dos sobrestados	541
12.3.8.4.1.	Poderes do sobrestado no recurso repetitivo	546
12.3.8.5.	Participação dos ausentes na formação do precedente....	547
12.3.8.6.	Participação do <i>amicus curiae</i>	549
12.3.8.6.1.	Elementos necessários para viabilizar a participação do <i>amicus curiae</i> no incidente	550
12.3.8.6.2.	Poderes do <i>amicus curiae</i>	552
12.3.8.6.3.	O <i>amicus curiae</i> e a participação dos sobrestados e ausentes	553
12.3.8.6.4.	Sujeito interessado.....	554
12.3.8.7.	Participação na audiência pública	555
12.3.9.	Julgamento.....	556
12.3.9.1.	Efeito do julgamento para os processos sobrestados ...	559
12.3.9.1.1.	Contraditório prévio à aplicação da tese ...	562
12.3.9.2.	Efeito do julgamento para os processos futuros.....	564
12.3.10.	Rito simplificado para o recurso de revista repetitivo	564
12.3.11.	Revisão da tese firmada.....	567
12.3.12.	Banco de dados de casos repetitivos	569
12.3.13.	Desistência da ação em curso no primeiro grau	569
12.4.	Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos	570
13.	Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	571
13.1.	Prequestionamento.....	571
13.2.	Princípio da fungibilidade.....	572
13.3.	Cabimento.....	572
13.4.	Divergência Jurisprudencial	572
13.5.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	574
13.6.	Recurso de revista no rito sumaríssimo	574
14.	Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	575
14.1.	Transcendência	580
14.2.	Divergência Jurisprudencial	582

CAPÍTULO XIV

EMBARGOS NO TST	585
1. Contextualização.....	585
2. Embargos infringentes	588
2.1. Introdução.....	588
2.2. Previsão legal	588
2.3. Prazo	588
2.4. Competência	589
2.5. Requisitos.....	589
2.6. Decisões suscetíveis de impugnação.....	589
2.7. Peculiaridades dos pressupostos recursais	590
2.8. Procedimento	590
3. Embargos de divergência (embargos à SDI)	591
3.1. Introdução.....	591
3.2. Previsão legal	592

3.3.	Prazo.....	592
3.4.	Competência	592
3.4.1.	Julgamento pelo relator	593
3.5.	Hipóteses de cabimento	594
3.6.	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	596
3.6.1.	Divergência jurisprudencial	596
3.6.1.1.	Conceito.....	596
3.6.1.2.	Divergência atual	597
3.6.1.3.	Divergência fundada em súmula ou orientação jurisprudencial.....	597
3.6.1.3.1.	Súmula ou orientação de conteúdo processual.....	598
3.6.1.4.	Abrangência parcial da divergência	600
3.6.1.5.	Comprovação da divergência.....	601
3.6.2.	Prequestionamento	605
3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo	605
3.8.	Embargos de divergência na fase executiva.....	607
3.9.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo	609
3.10.	Embargos de divergência e recurso extraordinário.....	617
3.11.	Antigo recurso de embargos de nulidade	618
3.12.	Procedimento	618
4.	Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	619
4.1.	Recurso de Embargos à Seção de Dissídios Individuais do TST.....	619
4.1.1.	Cabimento	619
4.1.2.	Divergência Jurisprudencial.....	620
4.1.3.	Embargos para a SDI no rito sumaríssimo	622
4.1.4.	Embargos para a SDI na fase executiva.....	622
5.	Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	622
 CAPÍTULO XV		
AGRAVO DE INSTRUMENTO.....		637
1.	Introdução.....	637
2.	Previsão legal	637
3.	Prazo.....	638
4.	Competência.....	638
5.	Hipótese de cabimento.....	638
5.1.	Juízo de admissibilidade parcial	640
6.	Natureza da decisão de admissibilidade.....	641
7.	Recursos que podem ser destrancados pelo agravo de instrumento	641
7.1.	Agravo em recurso extraordinário	642
7.2.	Agravo interno de decisão que denega seguimento ao recurso de revista..	643
7.2.1.	Agravo interno e agravo de instrumento simultâneos de decisão que denega seguimento ao recurso de revista	646
7.3.	Agravo de instrumento de decisão que denega seguimento ao agravo de instrumento.....	646
8.	Pressupostos recursais	648
8.1.	Depósito recursal.....	649
8.2.	Formação do instrumento.....	650
8.2.1.	Deficiência no traslado.....	651

8.2.2.	Processo judicial eletrônico e agravo de instrumento no TST	651
8.3.	Regularidade formal (fundamentação).....	652
8.3.1.	Renovação dos fundamentos do recurso trancado	652
8.3.2.	Motivação secundária e impertinente.....	654
9.	Efeitos	656
10.	Juízo de retratação	656
11.	Julgamento do mérito do agravo de instrumento	656
12.	Decisão do agravo de instrumento. Recorribilidade	657
12.1.	Agravo de instrumento não provido.....	657
12.2.	Decisão do relator que considera ausente a transcendência no agravo de instrumento.....	657
13.	Procedimento	659
14.	Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	661
15.	Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	662

CAPÍTULO XVI

AGRAVO INTERNO E REGIMENTAL.....	669	
1.	Introdução.....	669
2.	Distinção	670
3.	Prazo	670
4.	Competência.....	671
5.	Decisões impugnáveis.....	671
5.1.	Decisão que denega seguimento ao recurso de revista.....	672
5.2.	Decisão colegiada	674
6.	Embargos de declaração recebidos como agravo interno	674
7.	Pressupostos recursais	675
7.1.	Agravo regimental por instrumento	676
8.	Mérito do agravo interno	676
8.1.	Mérito do agravo interno que impugna decisão que nega seguimento ao recurso de revista	677
9.	Multa.....	678
9.1.	Cumulação da multa do agravo interno com a indenização por litigância de má-fé	680
10.	Procedimento	681
11.	Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	685
12.	Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	686

CAPÍTULO XVII

RECURSO EXTRAORDINÁRIO	691	
1.	Introdução.....	691
2.	Previsão legal	691
3.	Prazo	692
4.	Competência.....	692
5.	Hipóteses de cabimento	692
5.1.	Decisão de última instância	693
5.2.	Decisão de única instância	694
5.3.	Esquema.....	695
6.	Pressupostos recursais	695

6.1.	Repercussão geral.....	696
6.1.1.	Reconhecimento da repercussão geral.....	697
6.1.2.	Não reconhecimento da repercussão geral.....	698
6.1.3.	Intervenção <i>amicus curiae</i>	698
6.2.	Contrariar dispositivo da Constituição Federal.....	699
6.3.	Prequestionamento.....	699
7.	Efeito.....	700
8.	Procedimento	701
8.1.	Recurso Extraordinário Repetitivo	703

CAPÍTULO XVIII

RECURSO DE REVISÃO	707	
1.	Introdução.....	707
2.	Previsão legal	707
3.	Prazo	707
4.	Competência.....	707
5.	Hipótese de cabimento.....	708
6.	Pressupostos recursais	708
7.	Efeito.....	708
8.	Procedimento	708

PARTE III

ASSUNTOS RELACIONADOS AOS RECURSOS**CAPÍTULO XIX**

REMESSA NECESSÁRIA	713	
1.	Introdução.....	713
2.	Sujeitos.....	713
3.	Natureza jurídica	714
4.	Recurso parcial da Fazenda Pública e a remessa necessária	715
5.	Decisão submetida ao reexame necessário	716
6.	Dispensa do reexame necessário	717
6.1.	Hipóteses do art. 496, §§ 3º e 4º, do CPC.....	717
6.2.	Ação popular e ação civil pública	720
7.	Remessa necessária na ação rescisória	720
8.	Remessa necessária no mandado de segurança	721
9.	Julgamento monocrático da remessa necessária	723
10.	<i>Reformatio in pejus</i>	723
11.	Remessa necessária e o recurso de revista	724
12.	Remessa necessária e a Execução provisória.....	725
13.	Súmula do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo.....	725
14.	Informativo do TST relacionado ao capítulo.....	726

CAPÍTULO XX

PRECEDENTES JUDICIAIS	727	
1.	Introdução.....	727

2.	Famílias jurídicas.....	727
2.1.	<i>Civil law</i> (família romano-germânica).....	728
2.2.	<i>Common law</i> (família anglo-saxônica)	728
2.3.	Aproximação entre o <i>civil law</i> e o <i>common law</i>	730
3.	Precedentes judiciais	730
3.1.	Conceito	730
3.2.	Natureza jurídica dos precedentes judiciais.....	731
3.3.	Classificação dos precedentes	732
3.4.	Estrutura dos precedentes	732
3.4.1.	<i>Ratio decidendi</i> ou <i>holding</i>	733
3.4.2.	<i>Obter dictum</i>	736
3.5.	Precedente, jurisprudência e súmula	736
3.6.	Precedentes judiciais no direito brasileiro	737
3.6.1.	Regras e princípios atingidos.....	737
3.6.2.	Rol dos precedentes obrigatórios no CPC/15.....	738
3.6.2.1.	Súmulas.....	739
3.6.2.1.1.	Súmulas anteriores ao CPC/15.....	741
3.6.2.2.	Decisão judicial.....	742
3.6.3.	Deveres gerais dos tribunais.....	745
3.6.4.	Outros efeitos dos precedentes.....	746
3.6.5.	Constitucionalidade dos precedentes obrigatórios no direito brasileiro	748
3.7.	Técnicas para utilização dos precedentes	750
3.7.1.	<i>Distinguishing</i>	750
3.7.2.	Superação dos precedentes judiciais	752
3.7.2.1.	<i>Overruling</i>	753
3.7.2.1.1.	Fundamentação	757
3.7.2.1.2.	Hipóteses de superação	758
3.7.2.1.3.	Quem pode realizar a superação.....	760
3.7.2.2.	<i>Signaling</i> (Sinalização)	761
3.7.2.3.	<i>Overriding</i>	762
3.7.2.4.	Eficácia temporal na superação do precedente.....	762
4.	Aplicação da teoria dos precedentes judiciais no processo do trabalho	764
4.1.	Omissão na CLT.....	765
4.2.	Compatibilidade com o processo do trabalho	766
4.3.	Súmulas e enunciados de jurisprudência do TST	769
4.3.1.	Criação e alteração.....	769
4.3.2.	Súmulas e outros enunciados dos TRTs	772
4.3.3.	Conteúdo das súmulas e outros enunciados.....	772
5.	Ônus de identificar os fundamentos determinantes ou demonstrar a existência de distinção ou superação.....	774
6.	Meios de impugnação da decisão que não aplica ou aplica inadequadamente o precedente obrigatório	774
7.	Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	776
CAPÍTULO XXI		
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS		777
1.	Introdução.....	777

2. Natureza jurídica	778
3. Cabimento e requisitos.....	778
4. Competência.....	781
5. Legitimidade	781
5.1. Desistência ou abandono	782
6. Microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	782
6.1. Banco de dados de casos repetitivos.....	783
6.2. <i>Amicus curiae</i> e participação de interessados.....	784
6.3. Intervenção do Ministério Público	784
6.4. Motivação reforçada	784
6.5. Revisão da tese jurídica firmada no incidente.....	785
7. Microsistema de gestão e julgamento de casos repetitivos (suspensão dos processos)	786
7.1. Suspensão na cumulação de pedidos e quando há necessidade probatória.....	787
7.2. Extensão da suspensão	787
7.3. Prazo da suspensão.....	788
8. Procedimento e julgamento	788
9. Meios de impugnação do julgamento do IRDR	790
9.1. Ação rescisória	791
10. Incidente de resolução de demandas repetitivas e ações coletivas	792
10.1. Natureza Jurídica	792
10.2. Objeto	793
10.3. Legitimidade	794
10.4. Competência	795
10.5. Julgamento	796
10.6. Coisa Julgada	796
11. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	797

CAPÍTULO XXII

INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	799
1. Introdução.....	799
2. Cabimento.....	799
3. Competência.....	800
4. Legitimidade	801
5. Objetivos	801
6. Requisitos.....	801
7. Microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	802
8. Procedimento	803
9. Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência	804
10. Diferenças entre o incidente de resolução de demandas repetitivas e o incidente de assunção de competência	805
11. Assunção de competência no TST	806

CAPÍTULO XXIII

RECLAMAÇÃO	809
1. Previsão legal	809
2. Natureza Jurídica	810

3.	Cabimento	811
3.1.	Preservação da competência do tribunal	811
3.2.	Garantia da autoridade das decisões do tribunal	812
3.3.	Garantia da observância de enunciado de súmula vinculante	812
3.4.	Garantia da observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade	813
3.5.	Garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência	814
3.6.	Garantia de observância de acórdão em repercussão geral reconhecida ou acórdão em recurso extraordinário repetitivo ou em recurso de revista repetitivo	815
4.	Requisitos para utilização da reclamação	815
5.	Reclamação como mecanismo de controle dos precedentes obrigatórios	817
6.	Reclamação de decisão transitada em julgado	819
7.	Reclamação de decisão monocrática e colegiada do TST	819
8.	Reclamação e recurso da mesma decisão	820
9.	Competência	820
10.	Legitimidade	821
11.	Prazo	821
12.	Procedimento	822
13.	Recurso da decisão da reclamação	823
14.	Informativos do TST relacionados ao capítulo	823

CAPÍTULO XXIV

RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	827
1. Introdução	827
2. Previsão	827
3. Prazo	827
4. Competência	827
5. Requisitos	828
6. Hipóteses de cabimento	828
7. Procedimento	828
8. Informativo relacionado ao capítulo	829

**PARTE IV
PRÁTICA RECURSAL**

1.	Introdução	833
2.	Embargos de declaração	834
2.1.	Embargos de declaração da sentença	834
2.1.1.	Modelo	834
2.1.2.	Caso prático	837
2.2.	Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	839
2.2.1.	Modelo	839
2.2.2.	Caso prático	841
2.3.	Contrarrazões em embargos de declaração	843
2.3.1.	Modelo	843
2.3.2.	Caso prático	845

3.	Recurso ordinário	847
3.1.	Recurso Ordinário de Sentença.....	847
3.1.1.	Modelo	847
3.1.2.	Caso prático.....	850
3.2.	Recurso Ordinário de acórdão do TRT	853
3.2.1.	Modelo	853
3.2.2.	Caso prático.....	856
3.3.	Recurso Ordinário de decisão que julga parcialmente o mérito	858
3.3.1.	Modelo	858
3.3.2.	Caso prático.....	861
3.4.	Recurso Ordinário de sentença normativa	863
3.4.1.	Modelo	863
3.4.2.	Caso prático	865
3.5.	Contrarrazões de recurso ordinário	868
3.5.1.	Modelo	868
3.5.2.	Caso prático.....	870
4.	Agravo de petição	872
4.1.	Agravo de Petição	872
4.1.1.	Modelo	872
4.1.2.	Caso prático	875
4.2.	Contraminuta.....	878
4.2.1.	Modelo	878
4.2.2.	Caso prático	880
5.	Recurso de revista.....	883
5.1.	Recurso de Revista por divergência jurisprudencial	883
5.1.1.	Modelo	883
5.1.2.	Caso prático	886
5.2.	Recurso de Revista por violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	892
5.2.1.	Modelo	892
5.2.2.	Caso prático	896
5.3.	Contrarrazões	901
5.3.1.	Modelo	901
5.3.2.	Caso prático.....	903
6.	Embargos ao TST.....	906
6.1.	Embargos Infringentes.....	906
6.1.1.	Modelo	906
6.1.2.	Caso prático	909
6.2.	Contrarrazões aos Embargos Infringentes.....	912
6.2.1.	Modelo	912
6.2.2.	Caso prático	914
6.3.	Embargos de Divergência (Embargos à SDI)	917
6.3.1.	Modelo	917
6.3.2.	Caso prático	920
6.4.	Contrarrazões aos Embargos de Divergência.....	926
6.4.1.	Modelo	926
6.4.2.	Caso prático	928
7.	Recurso adesivo	932

7.1.	Recurso Ordinário Adesivo	932
7.1.1.	Modelo	932
7.1.2.	Caso prático	935
7.2.	Agravo de Petição Adesivo	939
7.2.1.	Modelo	939
7.3.	Recurso de Revista Adesivo.....	943
7.3.1.	Modelo	943
7.4.	Embargos ao TST Adesivos	947
7.4.1.	Modelo de embargos infringentes adesivos.....	947
7.4.2.	Modelo de embargos de divergência adesivos.....	950
8.	Agravo de instrumento	953
8.1.	Agravo de Instrumento	953
8.1.1.	Modelo	953
8.1.2.	Caso prático	956
8.2.	Agravo de Instrumento de juízo de admissibilidade parcial por negativa da prestação jurisdicional (IN nº 40/2016 do TST)	960
8.2.1.	Modelo	960
8.2.2.	Caso prático	963
8.3.	Contraminuta ao Agravo de Instrumento	966
8.3.1.	Modelo	966
8.3.2.	Caso prático	968
9.	Agravo interno.....	971
9.1.	Agravo Interno	971
9.1.1.	Modelo	971
9.1.2.	Caso prático	973
9.1.3.	Agravo de Instrumento com caso de trancamento do Recurso de Revista (IN 40 TST, art. 1º-A).	976
9.1.4.	Agravo de Interno no caso de trancamento do Recurso de Revista quando o Acórdão recorrido está em conformidade com Precedente vinculante do TST (IN 40 TST, art. 1º-A).	978
9.1.5.	Agravo de Interno no caso de trancamento do Recurso de Revista quando o Acórdão recorrido não aplicou Precedente vinculante do TST (IN 40 TST, art. 1º-A e art. 1.030, II, CPC).	981
9.2.	Contraminuta.....	984
9.2.1.	Modelo	984
9.2.2.	Caso prático	986
10.	Recurso extraordinário	989
10.1.	Recurso Extraordinário.....	989
10.1.1.	Modelo	989
10.1.2.	Caso prático	993
10.2.	Contrarrazões	1000
10.2.1.	Modelo	1000
10.2.2.	Caso prático	1002
11.	Recurso de revisão	1005
11.1.	Recurso de Revisão.....	1005
11.1.1.	Modelo	1005
11.1.2.	Caso prático	1007
11.2.	Contrarrazões	1009

11.2.1. Modelo	1009
11.2.2. Caso prático	1011
12. Reclamação correicional	1013
12.1. Reclamação Correicional	1013
12.1.1. Modelo	1013
12.1.2. Caso prático	1015
13. Reclamação	1017
13.1. Reclamação	1017
13.1.1. Modelo	1017
13.1.2. Caso Prático	1019
BIBLIOGRAFIA	1023